

Paper do NAEA Volume 28

Educação patrimonial: a preservação do patrimônio na produção do espaço urbano em Belém- Pará

Magaly Caldas Barros¹



RESUMO

Buscado relacionar o patrimônio com a discussão de produção do espaço, este trabalho objetiva compreender o processo de produção do espaço urbano e a Educação Patrimonial como mecanismo de preservação eficaz do patrimônio cultural. Para tanto, foram realizados: literaturas bibliográficas, trabalho de campo para identificar e mapear alguns recortes espaciais sintomáticos para os objetivos aqui propostos, e entrevistas com associações locais e com o IPHAN. No âmbito das discussões geográficas, os seguintes questionamentos norteiam esta pesquisa: é possível pensar a preservação do patrimônio no seio do processo de produção do espaço urbano? qual mecanismo assegura a preservação do patrimônio? Lançando mão das ações de Educação Patrimonial como mecanismo de preservação do patrimônio, esta pesquisa se justifica pela necessidade de pensar iniciativas que incorporem a comunidade e seu patrimônio, na intenção de preservá-lo às gerações futuras.

Palavras-chave: Produção do espaço. Educação Patrimonial. Patrimônio. Belém.

¹ Aluna do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPA. E-mail: magalycaldasb@gmail.com.

ABSTRACT

Seeking to relate heritage to the discussion of space production, this work aims to understand the process of urban space production and Heritage Education as a mechanism for the effective preservation of cultural heritage. To this end, bibliographic literature, fieldwork to identify and map some symptomatic spatial cutouts for the purposes proposed here, and interviews with local associations and with IPHAN were carried out. Within the scope of geographical discussions, the following questions guide this research: is it possible to think about the preservation of heritage within the process of producing urban space? ; which mechanism ensures the preservation of heritage? Using Heritage Education as a mechanism for heritage preservation, this research is justified by the need to think about initiatives that incorporate the community and its heritage, with the intention of preserving it for future generations.

Keywords: Space production. Heritage Education. Heritage. Belém.

INTRODUÇÃO

Partindo da compreensão de que o espaço urbano se apresenta como condição e meio para a realização das atividades sociais (CARLOS, 1992) e corolário de um conjunto de relações que o produzem (LEFEBVRE, 2000), admitimos que o espaço se modifica de acordo com a expressão de cada sociedade, seu modo de vida, suas ideias, seus construtos sociais, ideologias e, especialmente, seu patrimônio.

Nesse sentido, pensamos a relação de uma comunidade com seu patrimônio incorporando o processo de Educação Patrimonial dentro e fora do âmbito acadêmico, em assembleias públicas, reuniões institucionais, em atividades de associações (na forma da sociedade civil organizada), por meio de ações educativas, nas quais o sentido do patrimônio aparece próximo da realidade das cidades capitalistas. Nas cidades amazônicas como Belém, essa tarefa se adensa um pouco mais por conta da forte relação com a natureza: seja no contato com o rio, a influência das chuvas no cotidiano das pessoas, a ligação socioeconômica com a floresta urbana e rural.

Percebemos, assim, em Belém ações de educação patrimonial que buscam aproximar a memória histórica do bem patrimonializado à sociedade que lhe pertence. As ações de Educação Patrimonial destacadas nesta pesquisa são aquelas que buscam evidenciar o patrimônio da cidade em seu valor simbólico, cultural e político cujo objetivo é a disseminação de ideias, conceitos e práticas ligadas à Educação Patrimonial.

PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO

Na intenção de compreender o espaço onde se situa o patrimônio, considerando as materialidades e imaterialidades do espaço urbano, fazemos um breve percurso sobre o conceito de produção do espaço. Lefebvre (2000) entende o espaço como um produto social, partindo de uma análise que considera o conjunto de relações que produzem tal espaço. Segundo o autor, o espaço é produto e produtor de sua própria produção, ora por ser passível de troca e de consumo, ora por interferir na produção. A cidade de Belém vivenciou expressivas transformações desde sua origem, passando pela “Era Pombalina”², pela Belle Époque³, pelo modernismo⁴ até a atualidade. Cada momento desses produziram objetos espaciais correspondentes ao contexto político, econômico e social, deixando à atualidade várias rugosidades espaciais (SANTOS, 1996) que compõem a paisagem urbana da cidade.

Para Carlos (2004), o conceito de espaço urbano está além da produção e reprodução do capital, mas engloba as relações sócio-espaciais e o cotidiano, onde se realiza conforme a dinâmica da vida humana o trabalho, o lazer, as necessidades materiais etc. É válido frisar

2 CUNHA, Jonas Araújo da. As letras humanas: os povos indígenas e o ensino da língua portuguesa na Amazônia Pombalina (1751-1763). Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2012.

3 SARGES, Maria de Nazaré. Belém: Riquezas produzindo a Belle Époque (1870-1912). 2ª Ed. Belém: Paka-Tatu, 2002. 212p. (Série Açai).

4 DERENJI, Jussara. Modernismo na Amazônia - Arquitetura em Belém do Pará entre 1940 e 1970. Revista Projeto. São Paulo, v. 1, n. 192, dez. 1995.

que o cotidiano assume o sentido de resistência, isto é, as atividades cotidianas resistem de maneira harmônica ou não no acelerado tempo urbano da sociedade capitalista. Segundo Carlos (2004), podemos caracterizar a cidade enquanto um produto histórico e social movido pelas relações sociais a partir de suas materializações no espaço. Desse modo, o espaço urbano se mostra num sentido amplo, já que se apresenta, dialeticamente, como condição, meio e produto das ações humanas acumuladas ao longo da história (CARLOS, 2004). A sociedade constrói através da prática um mundo real e objetivo, realizando-se assim uma relação espaço-temporal onde se revelam as desigualdades e contradições inerentes ao processo de produção (CARLOS, 1992). Logo, afirma-se a cidade como espaço social, em que a realização da vida humana em sua multiplicidade é chave para compreender sua dimensão espacial: “a produção do espaço faz parte da produção das condições materiais objetivas da produção da história humana” (CARLOS, 2015, p. 17).

Nesse sentido, a compreensão de como se organiza (e se reorganiza) o espaço geográfico, bem como seu desenvolvimento, se faz viável a partir da interpretação do processo relacional entre essas categorias permeadas pelo tempo. Cabe ressaltar, ademais, que o processo de produção do espaço se diferencia, sobretudo, no espaço amazônico, pois a relação com a natureza – e principalmente o significado do rio – é primordial à compreensão da dinâmica sócio-espacial.

Patrimônio histórico, para Choay (2001), indica um bem de uma dada comunidade, construído pela acumulação de tempos de uma diversidade de objetos que se encontram num passado comum (CHOAY, 2001). Patrimônio se diferencia de monumento, entendido como “uma criação deliberada (...) cuja destinação foi pensada a priori, de forma imediata” (CHOAY, 2001, p. 25), que por sua vez diferencia-se de monumento histórico, cuja constituição se dá “a posteriori pelos olhares convergentes do historiador e do amante da arte” (CHOAY, 2001, p.25) que elegem monumentos representantes de apenas uma parcela da história. Assim, elegem-se alguns espaços da cidade de Belém cuja produção do espaço em determinado momento histórico considerou bens patrimoniais.

Tomemos o Mercado de São Braz como exemplo concreto da posição do patrimônio histórico no processo de produção do espaço. Inaugurado em maio de 1911, é considerado um bem patrimonial edificado, sendo patrimonializado via tombamento pelo Governo do Estado do Pará, por meio da Lei n.4855 03 de setembro de 1979. Localizado na Praça Floriano Peixoto, próximo à antiga Estação de Ferro de Bragança – onde é hoje o Terminal Rodoviário de Belém –, o Mercado foi construído num momento de idealização de novos mercados à cidade, considerando a oportunidade de expansão e urbanização das áreas periféricas – então conectadas por bondes elétricos (CHAVES, 2015).

Atualmente, o prédio apresenta sinais de deterioração do espaço, problemas como goteiras, infiltrações na parede e acúmulo de lixo. O prédio é importante para o abastecimento do bairro e constitui-se em setores que incluem: feira, mercado de peixe, carne e praça de alimentação, totalizando cerca de 500 trabalhadores que atuam nele.

Faz parte também do complexo do Mercado de São Braz, o Bar do Paraguay, localizado num dos coretos da planta original do complexo; o bar é um local de encontro de diversos grupos, dentre eles estão trabalhadores do mercado e grupos ligados ao movimento anarquista. Estes trabalhadores, por sua vez, exercem suas atividades há muito tempo, alguns são filhos e netos dos primeiros trabalhadores do Mercado que constituíram seus laços familiares a partir da relação de compra e venda de produtos comercializados no Mercado. Nota-se então

a importância de pontos como o Mercado de São Braz e o Bar do Paraguay na dinâmica atual da cidade.

O espaço apresenta lugares próprios às relações sociais de reprodução – relacionadas aos gêneros, idade, identidade –, a divisão do trabalho e sua organização (LEFEBVRE, 2000). O Mercado de São Braz exerce um papel na dinâmica de produção do espaço semelhante à estrutura que em foi concebido no início do século XX, já que a função de mercado permanece. Em contrapartida, as relações sociais que se estabelecem nele hodierno traduzem outras maneiras de apropriação do mercado enquanto forma espacial sob processos contemporâneos de organização espacial. Isto é, assim como a produção promove lugares específicos, as relações sociais estabelecem uma organização a estes lugares. Dessa maneira, de acordo com Carlos (2015), o cotidiano das ações humanas no sentido da reunião, do encontro, “ganha uma finalidade utilitária”.

PATRIMÔNIO E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Falar em Educação Patrimonial tem sido cada vez mais recorrente entre aqueles que se propõem a discutir a temática patrimonial, especialmente no campo das políticas voltadas à preservação do patrimônio, onde temas da Educação têm ganhado espaço juntamente com questões ligadas ao patrimônio cultural.

De acordo com o documento “Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos”, elaborado pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN, p.19), Educação Patrimonial:

constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação.

Entende também que os processos educativos priorizam o diálogo entre os agentes culturais e sociais na formação “coletiva e democrática do conhecimento”, além de compreender como fundamental a participação efetiva das comunidades que são referências culturais (IPHAN, 2014).

Segundo Horta; Grunberg; Monteiro (1999, p.06) Educação Patrimonial é:

um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural.

Nesse sentido, conhecer o patrimônio e refletir criticamente sobre seus usos são elementos fundamentais para o fortalecimento da identidade e cidadania de uma comunidade, bem como para o processo de preservação dos bens (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999).

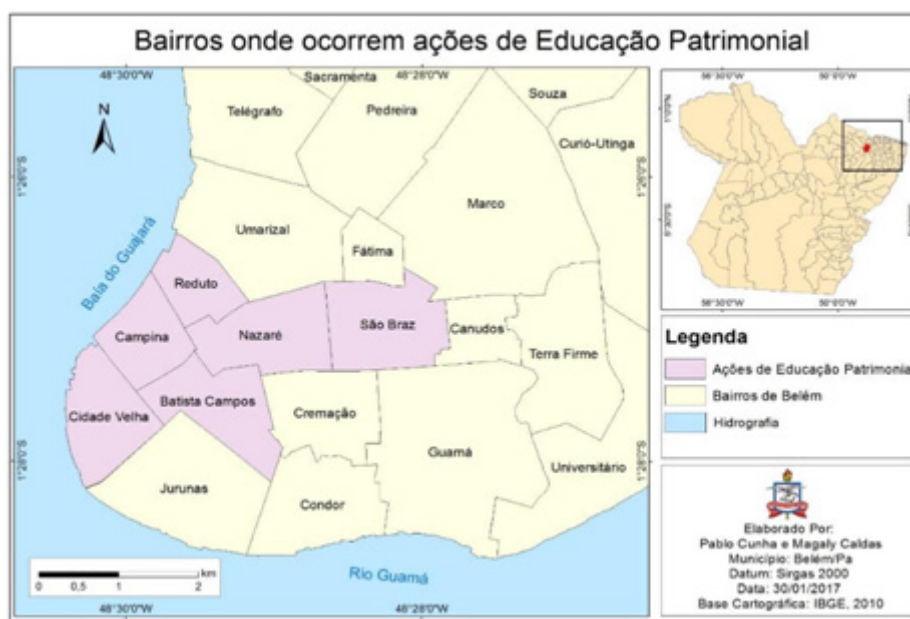
Ainda para os autores, Educação Patrimonial é um instrumento de “alfabetização cultural que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido” (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 6). Este processo implica num diálogo permanente entre as comunidades e os agentes responsáveis pelas ações educacionais.

No centro das ações educativas, a relação comunidade e patrimônio tem como plano de fundo a relação global-local, o desenvolvimento de novos campos da economia (nos circuitos superior e inferior) que vão produzindo uma nova dinâmica espacial em que o espaço, para além do valor simbólico inculcido nele, ganha valor de troca. Tal processo delinea uma atitude de deslocamento da importância de manter o patrimônio que, aos poucos, se desloca da realidade cotidiana dos indivíduos e, ao passo que não é incorporado por atividades econômicas, perde a sua principal característica: o laço identitário com a comunidade.

Ao compreendermos os objetos espaciais erguidos ao longo do processo de produção do espaço (e da história) como formas sociais e por isso produto histórico, admitimos que eles guardam consigo também o movimento de mudança política – por vezes, impregnado de resistência social. É possível afirmar que os objetos patrimoniais são lugares de representação do passado que ao serem transformados em potencialidades educativas por meio da educação patrimonial, direcionam a práxis ritualística do patrimônio enquanto arte para a práxis política (BENJAMIN, 1986) do patrimônio enquanto elemento fundamental da sociedade.

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO

Na tentativa de localizar no espaço urbano de Belém essas ações, fizemos um recorte espacial que compreende os bairros Cidade Velha, Campina, Batista Campos, Nazaré, Reduto e São Braz, pois estes são onde ocorrem ações mais expressivas ligadas à Educação Patrimonial (figura 1). É preciso salientar que as ações de Educação Patrimonial não ocorrem nos bairros representados abaixo em sua totalidade, mas sim atividades em pontos específicos de cada bairro.



A escolha desses bairros se deu após um levantamento das iniciativas promovidas por associações e grupos que trabalham o patrimônio em Belém em parceria ao IPHAN-PA, já que esta é a principal instituição responsável pela defesa, proteção e conservação patrimonial das cidades brasileiras, em específico, a cidade de Belém do Pará.

Os bairros Cidade Velha e Campina correspondem ao núcleo inicial de formação da cidade, abrigam formas especiais que vão desde o século XVI aos dias atuais, além de hábitos, costumes e estórias moldadas anterior e posteriormente à colonização e fundação de Belém. Tais características fazem destes bairros espaço de diversas atividades culturais, políticas, ambientais, folclóricas e de ações voltadas para a Educação Patrimonial. O bairro Cidade Velha tem a marca da colonização de parte da Amazônia em suas edificações e no traçado das ruas e avenidas, sendo fortemente explorado pelo turismo. Já o bairro Campina é marcado pela presença do comércio formal e informal.

Os bairros Reduto, Nazaré, Batista Campos e São Braz fazem parte da primeira área de expansão da cidade, onde os processos de verticalização e modernização são evidenciados (OLIVEIRA et al., 2005). Tais bairros apresentam ações de Educação Patrimonial referentes ao uso e apropriação de edificações remanescentes dos séculos XIX e XX.

Em geral, as ações de Educação Patrimonial são promovidas por associações que buscam trabalhar o patrimônio percebendo a sua dimensão política, isto é, a centralidade das preocupações referente ao patrimônio (proteção, valorização, conservação) apresenta não somente anseios simbólicos, mas anseios concretos⁵.

Alguns critérios foram desenvolvidos para identificar quais são as ações de educação patrimonial, e quais agentes elas atendem, efetivas em Belém. Estes são: 1) Estar inserido no grupo Rede Casa de Patrimônio – por ser referência de iniciativas vinculadas a Educação Patrimonial em Belém; 2) Ação continuada – duração a longo prazo da proposta de Educação Patrimonial; 3) Quantidade de agentes afetados – se a ação apresenta um número expressivo de público dentro de sua proposta. Nesse sentido, foram entrevistadas as associações: Associação dos Agentes do Patrimônio da Amazônia (ASAPAM), Associação FotoAtiva; organização Fórum Landi; e o Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional – Pará (IPHAN-PA).

O IPHAN-PA é responsável pelo projeto Rede Casas do Patrimônio, iniciado em 2012, realizado por meio de reuniões mensais com parceiros a fim de fomentar o diálogo e realizar ações em conjunto. De acordo com o documento Rede Pará, o projeto tem como objetivo:

[...]constituir-se como espaço de interlocução e diálogo com a comunidade local, de articulação institucional e de promoção de ações educativas, visando fomentar e favorecer a construção do conhecimento e a participação social para o aperfeiçoamento da gestão, proteção, salvaguarda, valorização e usufruto do patrimônio cultural.

Assim, a participação na Rede é aberta a qualquer instituição ou associação preocupada e atuante na área do Patrimônio Cultural. A parceria é formalizada pelo Acordo de Cooperação

5 Oliveira (2011) elenca aspectos e diretrizes que asseguram resultados transformadores para as atividades de preservação do patrimônio cultural: a) “as ações educativas devem provocar um maior envolvimento da população”; b) “continuidade e aprofundamento nas ações”; c) “não privilegiar públicos específicos”; d) “abordagens diferentes para públicos diferentes”; e) “articulação com as prefeituras, igrejas e outras instituições locais”; f) “aprendizagem significativa”.

Técnica “Rede Casas do Patrimônio Pará” – que garante a realização de ações em conjunto pelos parceiros que aderiram ao acordo. É válido ressaltar que este acordo não envolve transmissão de recursos financeiros, para isso são utilizados outros mecanismos de captação de recursos, a exemplo de editais públicos.

Quanto às políticas de Educação Patrimonial, segundo Cyro Lins – superintendente do IPHAN-PA –, a instituição:

De uma forma geral (...) procura sempre partir da informação para educação e conscientização das pessoas a respeito do patrimônio. O IPHAN tem uma má impressão de ser uma instituição muito antipática por sempre ser aquela instituição que veta, que proíbe, que não deixa você fazer modificações nenhuma e tal, e a gente tem, na medida do possível, tentando mudar essa visão institucional. Sobretudo agora que a gente tá discutindo as normativas pro estabelecimento de normas e diretrizes pra proteção e fiscalização do patrimônio cultural protegido aqui na cidade.

Assim, o IPHAN-PA vem trabalhando com tais aspectos, a fim de deixar de forma mais clara para a população o que se pretende proteger tornando a política cada vez mais participativa e menos punitiva.

A Asapam surgiu, segundo o site da associação, da “necessidade comum e da vontade coletiva de sensibilizar e mobilizar a sociedade a se organizar em prol das questões voltadas para o patrimônio cultural”. O grupo tem início em 2010, segundo o Bernardo Costa Jr, ex-presidente da associação e ainda membro, provocado pelas discussões durante uma Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Educação Patrimonial. Para a Asapam, Educação Patrimonial “são ações que executadas de forma a trazer consciência pra sociedade da importância do patrimônio da mesma”.

As ações mais significativas que a associação pratica em Belém são: 1) A Semana do Patrimônio Paraense, é um evento que acontece todo mês de novembro, está na sexta edição, recebe apoio institucional do IPHAN e de outras associações; 2) Projeto Conhecer o Patrimônio, realizado em parceria com a Rede Educadora de Museus, objetiva levar a comunidade para os espaços significativos dentro da discussão de patrimônio e conhecê-los pelo olhar de quem trabalha nesses espaços. Estas ações têm a finalidade de mostrar como a Educação Patrimonial é ampla por conta da diversidade cultural paraense. Entende o processo de Educação Patrimonial numa perspectiva de formação de agentes conscientes do patrimônio, assim vários temas aparecem nas ações ressaltando a importância destes na formação cultural e espacial de Belém.

A FotoAtiva, segundo o site da associação, foi fundada em 1984 por Miguel Chikaoka. Influenciada por ações e experiências de outros grupos ligados a fotografia, a FotoAtiva “se consolidou como um núcleo de referência para o desenvolvimento de uma cultura fotográfica na região amazônica e como uma das mais atuantes e criativas organizações culturais do Brasil”. Suas propostas buscam incorporar aspectos lúdicos, a exemplo de processos artesanais na criação de imagens, atividades sensoriais, além das possibilidades que a fotografia permite. Assim, são organizados encontros, palestras, conferências, exposições e intervenções artísticas que integram a comunidade. Segundo Camila Fialho, atual presidente da associação, são realizadas saídas fotográficas pelo centro histórico, onde espaços e construções históricas são alvo de atividades ligadas às ações educativas. Um exemplo de projeto realizado pela associação é o Pinhole Day Belém, que desde 2002 tem

por objetivo promover a fotografia artesanal de furinho, envolvendo um público diverso num programa de oficinas, palestras e jornadas em torno da fotografia pinhole. O registro dessas fotografias percorre vários temas, objetos e cenas da cidade.

O Fórum Landi é um projeto que busca a valorização do Centro Histórico de Belém, com ênfase na obra arquitetônica de Antônio Landi, segundo o site do projeto. Criado em 2003, seu quadro de formação conta com professores, alunos e pesquisadores ligados à Universidade Federal do Pará que mantém interesse pela Amazônia do século XVIII. De acordo com o professor Flávio Nassar, arquiteto e coordenador do Fórum Landi, a instituição trabalha com pesquisa, ensino e extensão:

O Fórum Landi tem um lado que trabalha com pesquisa, tem outro lado que trabalha com ensino – nós já temos um curso de especialização. Fazemos o trabalho de ensino que é o treinamento de estudantes (...) ao mesmo tempo que desenvolvem projetos na área de patrimônio, que faz parte da Educação Patrimonial criar profissionais que estejam qualificados para intervir no mercado.

O Fórum Landi abriga diversas atividades como cursos, palestras, treinamentos, ações que integram a comunidade, a exemplo de projetos com moradores do Beco do Carmo, além de receber, no espaço da edificação, reuniões de associações, peças, exposições etc.

As instituições entrevistadas trabalham aspectos da preservação do patrimônio e, de modo geral, atuam na manutenção dos bens patrimoniais e na desaceleração de sua degradação, a fim de prolongar e salvaguardar o patrimônio cultural. Entende-se que os indivíduos não agem de forma isolada, estão sempre integrados a comunidades, associações, reuniões de vizinhança etc.; por isso esta pesquisa prioriza as ações educativas realizadas por instituições e grupos que se originaram do seio das discussões sobre a cidade de Belém e seu patrimônio, desse modo, é a sociedade organizada que elege os bens a serem preservados e transmitidos às gerações futuras. A importância da preservação também ganhou, nas últimas décadas, um objetivo que decorre da necessidade de repensar o impacto da construção civil no meio ambiente, tendo em vista que a preservação aliada ao reuso das edificações e outros objetos espaciais. Logo, é passível de preservação todos os bens de natureza material e imaterial, de interesse cultural e/ou ambiental com significado histórico, cultural ou simbólico, capazes de promover a compreensão da identidade cultural da comunidade que lhe pertence. É evidente que cada ação vai se comportar da forma como foi pensada e que, por vezes, seus resultados não serão positivos. Entendemos que resultados positivos são aqueles onde o grupo-alvo conseguem apreender os objetivos das ações e aplicá-las em seu cotidiano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendemos Educação Patrimonial como um processo sistemático e contínuo por onde indivíduos são capazes de se apropriar de seus bens culturais e entender a importância da valorização e preservação do patrimônio cultural, desencadeando, assim, o estímulo de identidades coletivas e individuais.

Diante do conjunto de ações desenvolvidas pelas associações e pelo IPHAN, entendemos Educação Patrimonial como um mecanismo possível de preservação do patrimônio. Suas abordagens são potencialidades ao desenvolvimento das ações educativas em vários lugares, como museus, sobre um monumento, sobre uma festa, num centro cultural, na

rua, e em contextos diferentes, nos centros comerciais, nas periferias das cidades, sobre um determinado momento histórico, à luz de uma disciplina etc., tanto por meio de políticas públicas quanto pelos sujeitos sociais.

Conceituar a Educação Patrimonial como um mecanismo de preservação do patrimônio em Belém, é, portanto, uma direção possível que compreende o sentido do patrimônio partindo da comunidade que o tem como representativo alcançando as esferas públicas, onde a discussão patrimonial se amplia na forma de políticas públicas efetivas que consideram a cidadania e o direito ao patrimônio, bem como a memória, como formas de transformação social. As ações expostas corroboram tanto para a permanência da identidade e memória quanto para a valorização do patrimônio, não deixando, assim, que se perca o sentido de identidade, cultura e memória daquilo que se escolheu, em algum momento, preservar.

.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENJAMIN, W. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo. Editora Brasiliense, 1986.

CARLOS, A.F.A. *A cidade*. São Paulo: Editora Contexto, 1ª edição 1992. (Coleção Repensando a Geografia).

CARLOS, A.F.A. *O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade*. 1ºed. São Paulo: Editora Contexto, 2004.

CARLOS, A.F.A. *A condição espacial*. São Paulo: Contexto, 2015.

CHAVES, C. *Os mercados públicos e a história da cidade: Belém no final do século XIX e inícios do século XX*. 2015. Em: LEITÃO, Wilma. *Estudos antropológicos no Mercado do Ver-o-Peso*. Belém, 2015.

CHOAY, F. *A Alegoria do patrimônio*. Trad. Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade/ Editora UNESP, 2001.

HORTA, M. L. P; GRUNBERG, E; MONTEIRO, A. Q. *Guia básico de educação patrimonial*. Brasília: IPHAN: Museu Imperial, 1999.

IPHAN. FLORÊNCIO, S. R. R.; CLEROT, P.; BEZERRA, J.; RAMASSOTE, R. *Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos*. Brasília, DF: DAF/Cogedip/Ceduc, 2014. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=4240/>.

IPHAN. *Rede Pará*. Disponível em <https://casadopatrimoniopa.wordpress.com/rede-casas-do-patrimonio-para/>. Acesso em 25 de janeiro de 2017.

LEFEBVRE, H. *A produção do espaço*. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *Laproduction de l'espace*). 4º ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

OLIVEIRA, J. M. G. C.; FRANÇA, C. F.; BORDALO, C. A. L. A Verticalização em Belém-Pará, Brasil, nos últimos trinta anos: A Produção de Espaços Segregados e as Transformações Socio-Ambientais. In: X Encontro de Geógrafos da América Latina. *Anais...* Universidade de São Paulo. 2005.

OLIVEIRA, C. A. P. *Educação patrimonial no Iphan*. Monografia de Especialização – Escola Nacional de Administração Pública. Brasília, DF. 2011.